

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 40 questões objetivas, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A** **B** **C** **D** ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 1H30 DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Os gestores públicos devem obedecer aos princípios estabelecidos na Constituição Federal que regem a Administração Pública e estão previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal vigente, marque a opção incorreta do princípio que não está expressamente elencado na CF.

- A) Legalidade
- B) Finalidade
- C) Publicidade
- D) Eficiência

02. Sobre a organização da Administração Pública brasileira, em especial quanto às características da Administração Direta e Indireta, marque a opção correta.

- A) A Administração Indireta é composta exclusivamente por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei específica.
- B) Os órgãos integrantes da Administração Direta possuem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e capacidade processual plena.
- C) As empresas públicas e sociedades de economia mista, obedecem aos princípios do art. 37 da Constituição, inclusive quanto à exigência de concurso público para admissão de pessoal.
- D) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta, e voltada a atividades típicas da Administração.

03. A Administração Pública possui poderes para rever seus próprios atos quando verificada a ocorrência de ilegalidade ou inconveniência administrativa. Assinale a opção correta.

- A) A Administração somente pode revogar atos administrativos mediante autorização do Poder Legislativo.

B) A Administração não pode anular atos administrativos, ainda que constatada ilegalidade e interesse público.

C) A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade, podendo revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

D) A Administração somente pode revogar atos administrativos mediante autorização judicial.

4. Quanto à responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar:

- A) Abrange atos administrativos, legislativos e judiciais.
- B) Sendo de natureza objetiva, impõe-se exclusivamente em face da prática de atos ilícitos.
- C) Exclui os atos de império.
- D) Excluem-se de sua incidência os particulares concessionários ou permissionários de serviço público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Com relação a Constituição Federal Brasileira de 1988 é correto afirmar:

- A) Caracteriza-se por ser uma Constituição temporária, que depende de ratificação por referendo popular.
- B) Possui cláusulas denominadas super-rígidas, que não admitem supressão nem mesmo por emenda constitucional.
- C) É uma Constituição analítica, similar à nova Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, de 1999.
- D) Deve ser considerada como uma Constituição semi-rígida, em razão da quantidade de emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso Nacional.

6. É Incorreto afirmar que aplicam-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 as seguintes classificações:

- A) Dogmática
- B) Democrática
- C) Rígida

D) Histórica

7. É correto afirmar que compete ao Supremo Tribunal Federal precipuamente, a guarda da Constituição cabendo-lhe julgar:

A) Em sede de recurso ordinário, as decisões proferidas pelos Tribunais Estaduais na ação direta de inconstitucionalidade.

B) Originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

C) Originariamente, todos os pedidos de intervenção de Estado-membro em Município.

D) Originariamente, as ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais.

8. É correto afirmar que entre os atos que não podem ser impugnados em face da Constituição Federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, encontra-se a:

A) Lei municipal.

B) Lei federal.

C) Emenda à Constituição de Estado-membro.

D) Emenda à Constituição Federal.

DIREITO CIVIL

9. José das Neves procurou a Defensoria Pública do Estado do Ceará, no Município de Itapipoca, informando que sua família exerce posse mansa, pacífica e ininterrupta sobre imóvel urbano situado na região central da cidade há aproximadamente trinta anos. Relatou que o bem possui área total de 84m² e jamais foi objeto de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente. Acrescentou que o imóvel foi originalmente adquirido por sua genitora, falecida há cerca de três anos, passando José, desde então, a

residir sozinho no local, com a anuência dos demais herdeiros, por não possuir outro imóvel residencial. Diante da ausência de regularização registral, José busca orientação jurídica acerca dos direitos incidentes sobre o imóvel. Considerando a situação hipotética narrada e as disposições do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

A) A regularização do imóvel por meio da usucapião exige a comprovação de justo título, a exemplo de um contrato de gaveta de compra e venda do imóvel.

B) Com o falecimento da genitora de José das Neves, a prescrição aquisitiva do imóvel, por meio da usucapião, é reiniciada, devendo o assistido ocupar o imóvel de forma mansa e pacífica pelo prazo previsto em lei para que possa ingressar judicialmente pleiteando a usucapião.

C) Ainda que o imóvel integre o espólio da genitora de José das Neves, é dispensável a prévia realização de inventário e partilha, sendo possível o ajuizamento de ação de usucapião, desde que preenchidos os requisitos legais da modalidade invocada.

D) O prazo de prescrição aquisitiva da propriedade por meio da usucapião, no caso de José das Neves, é de 5 (cinco) anos, podendo o assistido ajuizar imediatamente ação de usucapião especial urbana exclusivamente em nome próprio, independentemente da participação dos demais herdeiros.

10. A respeito da união estável, assinale a alternativa incorreta.

A) É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

B) Em caso de união estável não formalizada ou reconhecida judicialmente, havendo falecimento de uma das partes, é possível o reconhecimento *post mortem*.

C) Segundo entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça, é inviável o reconhecimento jurídico de uniões estáveis simultâneas.

D) A incidência de causa suspensiva do casamento obsta o reconhecimento jurídico da união estável.

11. A respeito da prescrição, nos termos previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

A) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

B) A pretensão de reparação civil em razão de danos materiais decorrentes de acidente de trânsito prescreve em cinco anos.

C) A pretensão para haver prestações alimentares prescreve em dois anos, iniciando-se, em regra, a contagem do prazo prescricional após a cessação do poder familiar.

D) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

12. Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorreta.

A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, e em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

B) Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

C) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

D) As sociedades coligadas só responderão por culpa.

13. Sobre a responsabilidade civil, de acordo com o previsto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham obrigação de fazê-lo ou disponham de meios suficientes.

B) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia é objetiva, independentemente de culpa.

C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, ainda que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

D) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo ser discutidas no juízo cível a existência do fato e a autoria, ainda que tais questões tenham sido decididas no juízo criminal.

14. Quanto à Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e à Lei 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), assinale a alternativa incorreta.

A) A superveniência da maioridade é causa de extinção do processo de execução de medida socioeducativa em curso.

B) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

C) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, possuindo o prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o

orientador, o Ministério Público e o defensor.

D) A internação-sanção não terá prazo superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

15. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 80/94 (Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública) e da Lei Complementar Estadual nº 6/97 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Ceará), assinale a alternativa correta.

A) A Defensoria Pública do Estado do Ceará é instituição permanente, vinculada à estrutura do Poder Executivo Estadual, equiparada às Secretarias de Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

B) A Defensoria Pública não dispõe de legitimidade para ajuizamento de ações civis públicas, limitando-se às ações individuais.

C) O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.

D) A capacidade postulatória do Defensor Público decorre da sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

16. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta.

A) Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum.

B) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima

legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.

C) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.

D) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data do ajuizamento da ação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Escolha a opção em que conste apenas ações possessórias.

A) Reintegração de posse e cobrança;

B) Manutenção de posse e reivindicatória;

C) Interdito proibitório e demolitória;

D) Reintegração de posse e interdito proibitório.

18. Com relação aos embargos à execução, é correto afirmar:

A) Para serem ajuizados, há a necessidade da segurança do Juízo pela penhora, depósito ou caução.

B) Pode ser alegado excesso de execução quando o exequente pleiteia quantia idêntica à do título.

C) Devem ser autuados em autos apartados e distribuídos por dependência ao processo executivo.

D) O executado não poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

19. Caio teve um relacionamento amoroso com Maria, e dessa união nasceu a menor Ana. Por divergências, o casal se separou, e a criança ficou residindo com a mãe, que ingressou com ação de guarda unilateral. Realizada audiência de conciliação em 10.04.2026, os litigantes não entraram em acordo, e Caio procurou a Defensoria Pública para apresentação

de sua defesa. Neste caso, com relação aos prazos processuais, de acordo com o Código de Processo Civil e legislação pertinente:

- A) O prazo para apresentação da defesa por parte de Caio se inicia no dia 10 de abril de 2026.
- B) A Defensoria Pública poderá requerer a contagem de prazo em dobro para apresentação da contestação.
- C) Na contagem do prazo em dias, computar-se-ão os dias corridos.
- D) Decorrido o prazo de 15 dias, o réu ainda poderá apresentar a defesa, que será considerada tempestiva.

20. Foi determinado por sentença judicial que João teria que pagar alimentos à filha menor impúbere Joana no percentual de 30% do salário mínimo. Devido a dificuldades financeiras, João deixou de pagar os alimentos por 10 meses. A menor, devidamente representada por sua genitora Joaquina, ingressou com cumprimento de sentença, requerendo o pagamento do valor devido sob pena de prisão. Neste caso:

- A) O prazo para defesa de João será de 15 dias;
- B) Somente poderão ser cobradas as 03 parcelas anteriores ao ajuizamento da cumprimento de sentença e as que se vencerem no curso do processo;
- C) Caso não seja efetuado o pagamento, João poderá ser preso pelo período de 06 meses;
- D) O juiz não poderá mandar protestar o pronunciamento judicial.

21. Na revelia, não serão presumidas verdadeiras as alegações do autor, se:

- A) O litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- B) Havendo mais de um réu, nenhum deles contestar a ação.
- C) A petição inicial tiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

D) As alegações de fato formuladas pelo autor forem verossímeis.

22. Com relação à reconvenção, é correto afirmar:

- A) Não poderá ser ofertada na contestação.
- B) Não poderá prosseguir se houver a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito.
- C) Poderá ser proposta contra o autor e terceiro.
- D) O réu não poderá propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

23. Reputam-se conexas duas ou mais ações:

- A) Quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- B) Quando tiverem o mesmo autor.
- C) Quando tiverem o mesmo réu.
- D) Quando tiver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abranger o das demais.

24. Maria casou com José há 28 anos, e dessa união tiveram 03 filhos, sendo um deles, Felipe, maior e incapaz. Em virtude da incapacidade de Felipe, em ação de interdição, Maria foi nomeada sua curadora. O casal iniciou a vida conjugal em Aracati, onde adquiriram 01 imóvel residencial pelo valor de R\$ 120.000,00 e uma motocicleta pelo valor de R\$ 20.000,00. Ocorre que José iniciou um relacionamento amoroso com Joana, ao tomar conhecimento Maria pediu o divórcio, José não aceitou e agrediu fisicamente a esposa, que requereu, teve deferida medida protetiva de urgência em seu favor e mudou-se para a comarca de Eusébio com o filho incapaz. Neste caso é correto afirmar que:

- A) O foro competente para apreciar o pedido de divórcio e partilha de bens é Aracati, onde se encontram os bens.

B) Maria pode requerer alimentos em favor dos filhos, inclusive dos que são maiores e capazes.

C) O foro competente para apreciar o pedido de divórcio e partilha de bens é Fortaleza, por ser a capital do Estado.

D) Maria pode requerer divórcio, partilha de bens e alimentos para o filho incapaz, sendo foro competente a comarca de Eusébio.

DIREITO PENAL

25. Tício e Mévio são irmãos, que se tornaram inimigos por conta de divisão patrimonial familiar. Na véspera da eleição para Presidente do time de futebol da cidade, eles se encontraram num bar da cidade e o primeiro sacou sua pistola, que estava totalmente carregada, e disparou uma única vez, com a intenção de matar, na direção de seu irmão (Mévio), atingindo-o no braço esquerdo. Logo após o ocorrido, um amigo que estava próximo lembrou a Tício que ambos formaram o time de futebol que se sagrou campeão amador na cidade. Tício, emocionado com a lembrança do ex-amigo, abandonou a arma de fogo no chão e foi embora. Mévio sobreviveu sem sequelas. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Houve arrependimento voluntário, e Tício deve responder pelo crime que desejou consumir.

B) Houve crime impossível, pois a conduta de Tício mostrou-se absolutamente ineficaz.

C) Houve tentativa imperfeita, pois a hesitação de Tício impediu o resultado mais gravoso.

D) Houve desistência voluntária, e Tício deve responder pelos atos já praticados.

26. Pedro, ao sair irritado de um show de música sertaneja, sacou sua arma de fogo e, mesmo não desejando diretamente matar alguém, mas assumindo o risco de fazê-lo, disparou

diversas vezes na direção de uma estação de ônibus, pois tinha ciência de que ela estava lotada. Um dos disparos acabou atingindo fatalmente uma das pessoas que aguardava o transporte público. Sobre o crime praticado por Pedro, assinale a afirmativa correta.

A) Homicídio mediante preterdolo, pois a vítima não estava entre os alvos de Pedro.

B) Homicídio culposo, pois sua intenção não era causar a morte.

C) Homicídio, mediante dolo eventual.

D) Tentativa de homicídio, pois sua intenção não era causar a morte.

27. Acerca do princípio da insignificância, assinale a assertiva correta.

A) O princípio da insignificância tem previsão legal no direito brasileiro.

B) O princípio da insignificância – que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal – tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material, nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

C) De acordo com entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, o princípio da insignificância é causa legal de excludente de ilicitude.

D) A reincidência e a reiteração delituosa não afastam a aplicação do princípio da insignificância, conforme entendimento dos tribunais superiores.

28. Acerca da embriaguez, assinale a assertiva correta.

A) A embriaguez preordenada é considerada causa especial de diminuição da pena.

B) A embriaguez decorrente de caso fortuito e força maior, desde que completa, pode isentar o réu da pena.

C) A pena pode ser reduzida até a metade, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não

possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

D) a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos isenta o acusado de pena.

29. Mévio era usuário de drogas e costuma fazer o uso recreativo da droga. Percebendo a possibilidade de lucro com a venda do entorpecente, passou a cultivar e a fabricar artesanalmente droga para consumo, utilizando parte da droga para o consumo e o restante para a comercialização. Mévio foi preso em casa, com 100 gramas de maconha, sendo acusado da prática do crime de tráfico de drogas por três vezes, haja vista que importou sementes, cultivou e vendeu parte da produção. Você, como defensor(a), foi constituído(a) por Mévio para atuar no curso da Ação Penal. Sobre o caso narrado, assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou.

A) Mévio não praticou crime, pois a posse de maconha para consumo pessoal foi descriminalizada pelo Supremo Tribunal Federal, em qualquer quantidade.

B) Mévio praticou o crime de tráfico de drogas por três vezes, em concurso material.

C) Mévio praticou crime único de tráfico de drogas, pois o tipo penal aplicável ao caso é misto, o que atrai a incidência do princípio da alternatividade.

D) Mévio praticou o crime de tráfico e de uso de drogas, em concurso material.

30. De acordo com o art. 29 do Código Penal, “quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”. Assina a assertiva correta.

A) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

B) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime mais leve; essa pena será aumentada até um terço, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime mais leve, sem hipótese alguma de aumento de pena.

D) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até a metade.

31. Acerca das penas permitidas no Brasil, nos termos do art. 33 do Código Penal, a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. Assinale a assertiva correta.

A) As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, e o condenado a pena igual ou superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.

B) O regime aberto é aplicado para as condenações com pena inferior à 4 (quatro) anos.

C) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

D) A reincidência não deverá ser analisada pelo Juiz no momento da fixação do regime prisional, na sentença penal condenatória.

32. Acerca da inimputabilidade penal, assinale a assertiva correta.

A) Os menores de 16 (dezesseis) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

B) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas no Código Penal.

C) A pena pode ser reduzida até a metade, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

D) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), introduzido no CPP pela Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), é correto afirmar que:

A) O ANPP é cabível para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, e deve ser proposto pelo Ministério Público de ofício, desde que presentes os demais requisitos legais, inclusive confissão formal e circunstancial do investigado e assistência de defensor.

B) O cumprimento integral do ANPP pelo investigado implica a extinção da punibilidade, e o descumprimento injustificado das condições ajustadas autoriza o Ministério Público a requisitar a rescisão do acordo e o oferecimento da denúncia, conforme previsto no art. 28-A, §11, do CPP.

C) O juiz, na homologação do ANPP, analisa apenas os requisitos formais do acordo, sendo vedado ao magistrado verificar a voluntariedade do investigado ou propor alterações nas condições ajustadas pelas partes.

D) O ANPP pode ser celebrado mesmo quando o investigado for reincidente ou quando as circunstâncias indicarem conduta criminal habitual, reiterada ou

profissional, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

34. Rogério, 28 anos, foi preso em flagrante delito por policial militar que o surpreendeu portando 300g de cocaína fracionada. Conduzido à delegacia, o auto de prisão em flagrante foi lavrado às 23h de uma sexta-feira. Na audiência de custódia realizada na manhã do dia seguinte, o Ministério Público, constatando que Rogério é primário, possui residência fixa e trabalho lícito comprovado, pugnou pela liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares alternativas. O magistrado, todavia, entendeu que a natureza do tráfico de drogas per se justificaria a custódia, convertendo de ofício a prisão em flagrante em preventiva, sem a concordância do órgão ministerial.

À luz do entendimento consolidado pelo STJ, inclusive por meio da Súmula 676, aprovada em dezembro de 2024, a decisão do magistrado é:

A) Legítima, pois o juiz possui plenos poderes para converter a prisão em flagrante em preventiva durante a audiência de custódia quando verificar, in concreto, a existência de risco à ordem pública, independentemente do requerimento ministerial.

B) Válida apenas no que tange à conversão para preventiva, uma vez que a natureza hedionda do tráfico de drogas autoriza, excepcionalmente, a atuação *ex officio* do magistrado durante a audiência de custódia, por expressa previsão da Lei n. 8.072/1990.

C) Nula, pois a Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) vedou ao juiz a decretação ou conversão de ofício da prisão em flagrante em preventiva, devendo essa providência ser necessariamente precedida de requerimento do Ministério Público, da autoridade policial ou, nas ações de iniciativa privada, do querelante.

D) Irregular, porém sanável, desde que o Ministério Público ratifique a conversão até a próxima oportunidade em que se

manifestar nos autos, hipótese em que a prisão preventiva será convalidada retroativamente.

35. Isabela foi denunciada por furto qualificado (CP, art. 155, §4º, II). Citada, apresentou resposta à acusação tempestivamente, arguindo que os fatos narrados na denúncia nunca ocorreram, pois existia câmara de segurança no local que comprovaria sua inocência, bem como requerendo a juntada do vídeo como prova documental. O magistrado, sem intimar o Ministério Público para manifestação sobre a resposta e sem providenciar a juntada do vídeo requerido, designou audiência de instrução, dispensando a análise prévia prevista no art. 397 do CPP. Diante do procedimento adotado pelo juiz, é correto afirmar:

A) O magistrado não precisa, após a resposta à acusação, verificar a presença das hipóteses do art. 397 do CPP; a ausência de análise de prova documental potencialmente exculpatória apontada pela defesa não pode configurar cerceamento de defesa nem violação ao princípio da ampla defesa, não ensejando nulidade, ainda que demonstrado prejuízo.

B) O magistrado agiu corretamente, pois a fase de absolvição sumária do art. 397 do CPP é etapa meramente facultativa do procedimento ordinário, podendo o juiz dispensá-la quando entender que não há hipótese manifesta de absolvição, em exercício da sua discricionariedade.

C) O magistrado deveria, após a resposta à acusação, ter verificado a presença das hipóteses do art. 397 do CPP; a ausência de análise de prova documental potencialmente exculpatória apontada pela defesa pode configurar cerceamento de defesa e violação ao princípio da ampla defesa, podendo ensejar nulidade, desde que demonstrado prejuízo.

D) A fase de absolvição sumária somente pode ser adotada quando o próprio magistrado, independentemente do requerimento das partes, verificar de plano

a presença de uma das causas elencadas no art. 397 do CPP, sendo vedado ao juiz absolver sumariamente o réu com base em provas requeridas pela defesa que ainda não foram produzidas.

36. Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre a primeira fase da dosimetria da pena (art. 59 do CP), é correto afirmar que:

A) A utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, a título de Maus antecedentes, conduta social negativa ou personalidade voltada para o crime, viola o princípio constitucional da não culpabilidade, conforme a Súmula 444 do STJ.

B) A fixação da pena-base acima do mínimo legal prescinde de fundamentação idônea, bastando a simples referência ao grau de culpabilidade do agente, ainda que de forma genérica, por se tratar de circunstância subjetiva inerente ao tipo penal.

C) A condenação anterior transitada em julgado, quando utilizada para caracterizar a reincidência na segunda fase da dosimetria, pode ser simultaneamente valorada como Maus antecedentes na primeira fase, pois tal dupla utilização não configura *bis in idem*.

D) O emprego de violência ou grave ameaça como elemento constitutivo do tipo penal pode, concomitantemente, ser valorado de forma negativa nas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, a título de circunstâncias do crime ou consequências do delito, sem que isso configure *bis in idem*.

37. Dirceu foi condenado pelo juízo de primeiro grau a 6 anos de reclusão por roubo majorado. A defesa apelou, e o Tribunal de Justiça, em julgamento exclusivo do recurso defensivo, anulou a sentença por reconhecer nulidade na colheita de provas durante a instrução processual, determinando a realização de novo julgamento. No segundo julgamento, o novo magistrado, com

base no mesmo conjunto fático, condenou Dirceu a 8 anos e 6 meses de reclusão. A defesa renovou o recurso de apelação, alegando ofensa ao princípio da *non reformatio in pejus*.

Sobre a possibilidade de agravamento da pena no segundo julgamento, após anulação determinada em recurso exclusivo da defesa (*reformatio in pejus* indireta), assinale a alternativa correta à luz do entendimento majoritário dos Tribunais Superiores:

A) A condenação a pena superior é plenamente válida, pois a reforma para pior na via indireta não viola o art. 617 do CPP, dado que a anulação eliminou o marco da primeira sentença, restabelecendo ao novo julgador plena liberdade para valorar os fatos sem qualquer limite de pena.

B) A pena fixada no segundo julgamento não poderia superar os 6 anos da sentença anulada, pois o STF e o STJ, em posição majoritária, vedam a *reformatio in pejus* indireta, ou seja, após anulação em recurso exclusivo da defesa, a nova condenação não pode ser mais grave do que a sentença que foi objeto do recurso.

C) É admissível a piora da situação do réu no segundo julgamento, mas somente se o novo magistrado fundamentar expressamente as razões pelas quais entendeu insuficiente a pena anteriormente fixada, pois nesse caso prevalece o princípio da individualização da pena sobre a vedação à *reformatio in pejus*.

D) A posição majoritária dos Tribunais Superiores é de que a vedação à *reformatio in pejus* indireta não se aplica quando a anulação é determinada por nulidade atribuível à defesa, hipótese em que se considera que o réu "causou" a nulidade, não podendo se beneficiar do vício que ele mesmo produziu.

38. Durante ação penal por tráfico de drogas, verificaram-se as seguintes situações processuais: (i) o réu Augusto foi interrogado sem a presença de defensor técnico, tendo sido assistido apenas por defensor dativo nomeado

cinco minutos antes do ato, sem contato prévio com o cliente; (ii) encerrada a instrução processual, o Ministério Público aditou a denúncia para incluir fato novo surgido das provas colhidas, sem que fosse oportunizada defesa prévia ao aditamento; (iii) a sentença condenatória foi prolatada sem fundamentação quanto à fixação da pena-base, limitando-se o juiz a afirmar que fixava "a pena no mínimo legal, por não vislumbrar circunstâncias relevantes". Instada a se manifestar, a defesa arguiu nulidade em todos os casos.

Com base no sistema de nulidades do CPP, na jurisprudência do STF e do STJ e nos princípios do processo penal constitucional, assinale a alternativa incorreta.

A) A nomeação de defensor dativo sem que lhe seja assegurado tempo mínimo e contato prévio com o acusado para o pleno exercício da defesa técnica configura nulidade, pois o princípio da ampla defesa exige não apenas a presença formal do defensor, mas a efetividade real da defesa no ato processual.

B) A *mutatio libelli*, nos termos do art. 384 do CPP, impõe a abertura de prazo de defesa para que o acusado se manifeste sobre o fato novo surgido da instrução, sendo a omissão dessa oportunidade causa de nulidade por violação ao contraditório e à ampla defesa.

C) Nos termos da Súmula 523 do STF, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a deficiência de defesa somente causará nulidade se houver prova de prejuízo para o réu, cabendo ao julgador avaliar, no caso concreto, se a atuação deficiente comprometeu efetivamente o resultado do processo.

D) A fixação da pena-base no mínimo legal, sem a análise fundamentada das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, não configura nulidade por falta de fundamentação, pois a adoção do mínimo legal é decisão favorável ao réu e, portanto,

insuscetível de gerar-lhe qualquer prejuízo, dispensando motivação específica.

39. Osvaldo foi pronunciado por homicídio doloso qualificado (CP, art. 121, §2º, IV — traição) e levado a julgamento pelo Tribunal Popular. Durante os debates, a acusação fez referência expressa ao teor da sentença de pronúncia, lendo trechos da decisão que afirmava estar "convicta da culpabilidade do réu". A defesa objetou imediatamente a nulidade do ato. Ao final, o Conselho de Sentença, por 4 votos a 3, condenou Osvaldo. A defesa, em sede de apelação, pugnou pela anulação do julgamento.

Com base nas disposições do CPP (art. 478, I) e na jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

A) A menção à pronúncia durante os debates é permitida como argumento de reforço, constituindo mera irregularidade que não enseja nulidade, pois os jurados são magistrados leigos e não possuem a obrigação de conhecer o conteúdo da decisão de pronúncia.

B) A referência expressa ao teor da sentença de pronúncia durante os debates em plenário é vedada pelo art. 478, I, do CPP e caracteriza nulidade do julgamento, na medida em que compromete a imparcialidade dos jurados ao induzi-los a adotar o convencimento do juiz togado em substituição ao livre-convencimento que deve presidir o veredicto do Tribunal Popular.

C) A nulidade é relativa, pois a proibição do art. 478 do CPP tutela interesse disponível da defesa; a parte deve demonstrar, além da oportuna objurgatória, o efetivo prejuízo causado pela menção à pronúncia para que o Tribunal, em sede de apelação, possa anular o julgamento.

D) O julgamento é nulo, mas o fundamento correto não é o art. 478 do CPP, e sim a violação ao princípio da soberania dos veredictos, que impede o emprego de qualquer argumento de autoridade pelos

membros do Ministério Público durante os debates no plenário do júri.

40. No âmbito da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84), sobre a progressão de regime, assinale a alternativa correta:

A) Para fins de progressão de regime, o condenado por crime hediondo ou equiparado que não seja reincidente em crime dessa natureza deverá cumprir ao menos 40% (quarenta por cento) da pena, percentual que se eleva para 50% (cinquenta por cento) quando se tratar de líder de organização criminosa armada ou que envolva violência, e para 60% (sessenta por cento) no caso de reincidência específica em crime hediondo ou equiparado, nos termos da redação conferida pela Lei n. 13.964/2019.

B) A progressão de regime no cumprimento da pena privativa de liberdade, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, pode se dar de forma *per saltum*, ou seja, do regime fechado diretamente para o aberto, desde que o condenado preencha todos os requisitos legais e demonstre excepcional comportamento carcerário.

C) O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) constitui sanção disciplinar aplicável no âmbito da execução penal, com prazo máximo de até 2 (dois) anos, admitida a renovação em caso de nova falta grave de mesma espécie, nos termos do art. 52, §1º, da LEP, com a redação conferida pela Lei n. 13.964/2019.

D) A oitiva do Ministério Público e do defensor do sentenciado é mera faculdade do juízo da execução na análise do pedido de progressão de regime, podendo ser dispensada quando os elementos constantes dos autos forem suficientes para a formação do convencimento judicial.